

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003050-92.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **KARINA RODRIGUES DA SILVA**
Requerido: **Ebazar.com.br. Ltda. (mercado livre)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Não há dúvidas quanto a alguns aspectos fáticos trazidos à colação.

É certo nesse sentido que a autora se cadastrou junto ao réu visando à venda de um telefone celular (fl. 02).

É certo, ainda, que ela posteriormente recebeu mensagem do réu dando conta de que a venda se concretizou (fl. 02/04) e de que como o respectivo pagamento teria acontecido poderia enviar o produto ao comprador (fl. 04).

Diante disso, a autora encaminhou o objeto vendido, mas não recebeu o valor respectivo.

Dessa maneira, pleiteia a condenação do réu a ressarcir-la pelos danos materiais que sofreu.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Esses aspectos, como destacado, não despertam maiores divergências.

Já a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam suscitada em contestação não merece acolhimento.

Com efeito, a responsabilidade do réu na reparação dos danos reclamados deriva da solidariedade prevista no art. 18 do CDC entre todos os participantes da cadeia de produção.

Ele inegavelmente enquadra-se nessa condição, porquanto sua atuação viabilizou a concretização do negócio em apreço, não se podendo olvidar que seu objeto social deixa patente sua participação na cadeia que se forma para o comércio de bens pela rede mundial de computadores.

Ao disponibilizar um sítio na internet para acesso a interessados na compra e venda de mercadorias, inclusive realizando as respectivas qualificações, resta clara a ligação do réu com tais negócios inclusive porque lhes confere maior segurança.

Não se concebe, portanto, que se exima pelo que veio então a suceder.

É oportuno trazer à colação o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a 'fornecedor' está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção.

E esses fornecedores, diz a norma, respondem 'solidariamente'. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).

Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).

Não obstante, é óbvio que como decorrência da solidariedade poderá aquele acionado para a reparação dos danos “*exercitar ação regressiva contra o fabricante, produtor ou importador, no âmbito da relação interna que se instaura após o pagamento, com vistas à recomposição do status quo ante*” (**ZELMO DENARI** in “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223).

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Rejeito, pois, a prejudicial argüida.

Por outro lado, reputo que a ação é improcedente.

Isso porque a mensagem de fl. 02 e 04 não se reveste de qualquer característica que despertasse dúvida sobre a cautela que a autora deveria tomar quanto ao caso.

Nelas a clara a menção "*Ao ver que o pagamento está aprovado, significa que voce já pode entregar o produto com absoluta confiança.*"

Seria de rigor então a autora conferir se o pagamento mencionado havia sido concretizado em seu favor, aguardando somente a liberação do mesmo em sua conta após avaliação do comprador.

Todavia, não agiu com essa cautela.

Na espécie, tanto isso não ocorreu que a autora acabou sendo ludibriada.

A conjugação desses elementos conduz à rejeição da pretensão vestibular, não se entrevedo irregularidade da ré que demandasse reparação da forma preconizada.

Nem se diga, por fim, que a aplicação ao caso da regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC modificaria o quadro delineado, seja diante da presença de dados que atuam em favor da ré, seja em face da falta de outros que beneficiassem a posição da autora.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 14 de junho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA